



INFRA S.A.  
ASSEMBLEIA GERAL  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA EXECUTIVA  
PRESIDÊNCIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Documento nº 9364953/2025/SULIC-INFRASA/DIRAF-INFRASA/PRESI-INFRASA/DIREX-INFRASA/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA

Brasília, na data da assinatura.

Processo nº 50050.006336/2024-44

Interessado: Diretoria de Administração e Finanças, Superintendência de Licitações e Contratos

**RELATÓRIO DE HABILITAÇÃO INVÓLUCRO 1**  
**EDITAL Nº 021/2024**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação corporativa, referentes à: a) a prospecção, o planejamento, o desenvolvimento, a implementação, a manutenção e o monitoramento de soluções de comunicação institucional, no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas, em território nacional e internacional, no que couber; b) manutenção e monitoramento das ações e soluções de comunicação institucional; e c) criação e execução técnica de projetos, ações ou produtos de comunicação institucional, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

**LICITANTE**

**APEX COMUNICACAO ESTRATEGICA LTDA, CNPJ: 08.658.196/0001-18**

**1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

| Requisito  | Atendimento | Análise   |
|--|-------------|---|
| 7.1. Poderão participar deste certame empresas especializadas na prestação de serviços de comunicação corporativa que, cumulativamente:<br>a) sejam estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital; e<br>b) estejam devidamente cadastradas e com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou que apresentem a documentação relacionada no item 11 deste Edital. | Sim         | Agência de Notícias<br>Certidão (ões)_APEX (SEI nº 9365053)<br>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901)<br>ATUALIZAÇÃO:<br>Certidão _SICAF_TCU_APEX (SEI nº 9490691) |

| Requisito  | Atendimento | Análise  |
|--|-------------|--|
| 7.2. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que satisfaçam plenamente todas as cláusulas deste edital, seus anexos e a legislação em vigor, sendo vedada a participação de consórcio, conforme justificativa estabelecida no Termo de Referência Anexo A do Edital.   | Sim         | Empresa isolada  |
| 7.3. As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital mediante documentos equivalentes, provando, ainda, que detêm autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento no Brasil.  | N/A         | Empresa brasileira   |
| <b>7.5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:</b>   |             |  |
| 7.5.1 - A empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de 01 (uma) empresa que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; | Sim         | Certidão (ões)_APEX (SEI nº 9365053)<br>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901)<br>Não constam impedimentos diretos e indiretos no SICAF Declaração unificada (SEI nº 9366901), pág. 65<br>ATUALIZAÇÃO:<br>Certidão _SICAF_TCU_APEX (SEI nº 9490691) |
| 7.5.2 - A empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Infra S. A.;   | Sim         |  |
| 7.5.3 - Empresa suspensa de licitar e contratar com a Infra S. A.;   | Sim         |  |
| 7.5.4 - Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;  | Sim         |  |
| 7.5.5 - Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;   | Sim         |  |
| 7.5.6 - Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;   | Sim         |  |
| 7.5.7 - Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;   | Sim         |  |
| 7.5.8 - Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;  | Sim         |  |
| 7.5.9 - Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;   | Sim         |  |
| 7.5.10 - Empresa que tenha sofrido decretação de falência, dissolução, concurso de credores, ou insolvência, bem como que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial e não apresente Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e com a recuperação já deferida, conforme Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU.              | Sim         | Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901), pág. 16 e 17<br>Certidão emitida TJPR em 28/01/2025 e 16/01/2025  |
| 7.5.11 - Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Infra S.A. há menos de 6 (seis) meses;  | Sim         | Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901)<br>Declaração unificada (SEI nº 9366901), pág. 65  |
| 7.5.12 - Pessoa física com relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente ou empregado da Infra S.A. cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação ou com autoridade do Ministério dos Transportes;  | Sim         |  |
| 7.5.13 - Empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;   | Sim         |  |
| 7.5.14 - Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com a presente licitação;   | Sim         | Agência de Notícias  |
| 7.5.15 - Empresa estrangeiras que não funcionem no País;   | N/A         | Empresa brasileira   |
| 7.5.16 - Empresas que atuem sem fins lucrativos;   | N/A         |  |


| Requisito  | Atendimento | Análise  |
|--|-------------|--|
| 7.6.a - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;  | Sim         | Certidão (ões)_APEX (SEI nº 9365053)<br>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901)<br>ATUALIZAÇÃO:<br>Certidão _SICAF_TCU_APEX (SEI nº 9490691) |
| 7.6.b - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;  | Sim         |  |
| 7.6.c - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;  | Sim         |  |
| 7.6.d - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;   | Sim         |  |
| 7.6.e- Certidão Negativa de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União – CNI/TCU;  | Sim         |  |
| 7.6.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ( <a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a> )  | Sim         |  |
| <b>7.9. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:</b>  |             |  |
| 7.9.1 - As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.<br>7.9.1.1 - Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão consultará o Portal da Transparência do Governo Federal ( <a href="http://www.portaldatransparencia.gov.br">www.portaldatransparencia.gov.br</a> ), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.<br>7.9.1.2 - A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).<br>7.9.1.3 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste edital.<br>7.9.1.4 - A Comissão poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior. | Sim         | ME/EPP - Simples Nacional  |
| <b>7.10 - DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:</b>  |             |  |
| 7.10.1 - Não será admitida a participação do consórcio.  | N/A         | Empresa isolada  |

## 2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

| Requisito  | Atendimento | Análise  |
|--|-------------|--|
| <b>11.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:</b>   |             |  |
| 11.2.1 - Documento de Identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente. | Sim         | Certidão (ões)_APEX (SEI nº 9365053)<br>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901)<br>ATUALIZAÇÃO:<br>Certidão _SICAF_TCU_APEX (SEI nº 9490691) |

| Requisito   | Atendimento | Análise   |
|---|-------------|---|
| 11.2.2 - <b>No caso de empresário individual:</b><br>Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede.   | N/A         |   |
| 11.2.3 - <b>No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU:</b> Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente publicados e acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.  | Sim         | Certidão (ões)_APEX (SEI nº 9365053)<br>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901) |
| 11.2.4 - <b>No caso de sociedade simples:</b><br>Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.  | N/A         |   |
| 11.2.5 - <b>No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP):</b> Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME/EPP, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. Caso julgue necessário, o Presidente da CPL poderá solicitar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE para fins de aferição da Receita Bruta. | N/A         |   |

| Requisito  | Atendimento | Análise   |
|--|-------------|---|
| 11.2.6 - <b>No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:</b> decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.  | N/A         |   |
| 11.2.7 - <b>Procuração por instrumento público,</b> comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es) com poderes estatutários para firmar compromisso.   | Sim         | Apresentada procuração de delegação de poderes à Rafaella Feliciano da Costa  |
| <b>11.4 - DA REGULARIDADE FISCAL:</b>  |             |   |
| 11.4.1 - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e  | Sim         | Certidão (ões)_APEX (SEI nº 9365053)<br>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901)<br><b>ATUALIZAÇÃO:</b><br>Certidão _SICAF_TCU_APEX (SEI nº 9490691) |
| 11.4.2 - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União.  | Sim         |   |
| <b>11.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:</b>   |             |   |
| 11.5.1 - Inexistência de ação de falência, recuperação judicial ou insolvência civil, em nome da proponente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 120 (cento e vinte) dias.   | Sim         | Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901),<br>pág. 16 e 17<br>Certidão emitida TJPR em 28/01/2025 e 16/01/2025  |
| <b>11.5.2. Demonstração Financeira</b> (Balanço Patrimonial acompanhado das Notas Explicativas - NE) <b>do último exercício social</b> , já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação dos documentos de habilitação. |             |   |

| a) No caso de Sociedade Anônima, a demonstração financeira deverá ser apresentada na forma de publicação em órgão da imprensa público ou privado de acordo com a legislação vigente.  | Atendimento | Análise  |
|---|-------------|--|
| <p>b) A demonstração financeira deverá estar registrada na Junta Comercial ou órgão equivalente, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável ou profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;</p> <p>c) A demonstração financeira poderá ser apresentada por meio do SPED, nos termos do Decreto nº 8.683/2016. Caso a licitante opte pela apresentação por meio do SPED, deverá enviar:</p> <p>11.5.2.1. O Balanço Patrimonial completo, contendo o termo de abertura e encerramento;</p> <p>11.5.2.2. Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD junto à Receita Federal; e</p> <p>11.5.3. Notas Explicativas.</p> <p>11.5.3. Conforme RILC, com base nos dados extraídos da</p> <p><b>Demonstração Financeira</b> apresentada, será avaliada a capacidade financeira da empresa, da seguinte forma, acumuladamente:</p> <p>a) Por meio de <b>Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)</b>, que deverão ser superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou do SICAF:</p> <p>Ativo Circulante +<br/>Realizável a Longo Prazo<br/>LG = -----<br/>-----;</p> <p>Passivo Circulante +<br/>Passivo Não Circulante</p> | <p>Sim</p>  | <p>Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901).<br/>Relatório Financeiro SEI nº 9368795.<br/>Balanço 2023 - SEI nº 9366901, pág. 18 a 27.<br/>Valor estimado: R\$ 4.148.417,20.<br/>A comprovar 10 % = R\$ 414.841,72.<br/>LG = 5,29 SG = 5,35 LC = 10,21.</p> <p>CS = R\$ 420.000,00 PL = R\$ 362.098,11</p> <p>OBS: A licitante apresentou declaração na pág. 30 da documentação informando que alterou o capital social de R\$ 320.000,00 para <b>R\$ 420.000,00</b>.</p> <p>Registre-se que a Comissão consultou o CNPJ da empresa na Receita Federal, e o Contrato Social Alterado onde consta o valor de capital social de R\$ 420.000,00, conforme declarado na pág. 30 da documentação de habilitação apresentada. A alteração do capital social foi protocolada no dia 04/02/2025, com efeitos do Registro em 23/01/2025, conforme certifica a Junta Comercial do Paraná:</p> <div data-bbox="678 1205 1444 1422">  <p>CERTIFICO O REGISTRO EM 06/02/2025 14:20 SOB Nº 20250571544.<br/>PROTOCOLO: 250571544 DE 04/02/2025.<br/>CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12502178737. CNPJ DA SEDE: 08658196000118.<br/>NIRE: 41205847009. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/01/2025.<br/>APEX COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA</p> <p>LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA<br/>SECRETÁRIO-GERAL<br/>www.empresafacil.pr.gov.br</p> <p>A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.</p> </div> <p>Contrato Social Atualizado_APEX (SEI nº 9490537)<br/>CNPJ _SICAF_APEX (SEI nº 9490538)<br/>ATUALIZAÇÃO de Certidão _SICAF_TCU_APEX (SEI nº 9490691)</p> |

| Ativo Total<br>Requisito<br>SG = -----  | Atendimento | Análise   |
|---|-------------|---|
| -----;<br>Passivo Circulante +<br>Passivo Não Circulante<br><br>Ativo Circulante<br>LC = -----; e<br>Passivo Circulante<br>b) Comprovação de Capital<br>Social ou Patrimônio<br>Líquido de 10% (dez) por<br>cento do valor estimado da<br>contratação.  |             |   |
| 11.6 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:   |             |   |
| 11.6.1.I - Qualificação<br>Técnica Operacional  |             | Ofício 44 (SEI nº 9491107) aprovado pelo Diretor competente.<br>Planilha Qualif Técnica (SEI nº 9491127). |
| 11.6.1.II - Qualificação<br>Técnica Profissional  |             |   |
| 11.7 - DAS OUTRAS DECLARAÇÕES:  |             |   |
| 11.7.1 - Declaração<br>Unificada, conforme Anexo<br>C do Edital.  | Sim         | Documentação de Habilitação - Invólucro 1 - APEX (SEI nº 9366901),<br>pág. 65                             |
| 11.10 - Todos os<br>documentos apresentados<br>para habilitação deverão ser<br>apresentados em nome da<br>licitante, com número do<br>CNPJ e com o endereço<br>respectivo.<br>Se a licitante for a matriz,<br>todos os documentos<br>deverão estar em seu nome;<br>Se a licitante for a filial,<br>todos os documentos<br>deverão estar em nome<br>desta, exceto àqueles<br>documentos que, pela<br>própria natureza,<br>comprovadamente, forem<br>emitidos somente em nome<br>da matriz, e os atestados de<br>capacidade técnica, que<br>podem ser apresentados em<br>nome e CNPJ da matriz<br>e/ou em nome e com o<br>CNPJ da filial. | Sim         | Em nome na matriz   |

### 3. CONCLUSÃO

3.1. Procedida as análises conforme acima detalhado, conclui-se pela **HABILITAÇÃO** da empresa **APEX COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA**, CNPJ: 08.658.196/0001-18, conforme acima demonstrado, e fundamentado no Ofício 44 (SEI nº 9491107) devidamente aprovado pelo Diretor competente e análise evidenciada na Planilha de Qualificação Técnica (SEI nº 9491127).

**MARIA CECILIA MATTESCO CAIXETA**

Presidente da Comissão de Licitação



Sônia Pinchemel de Carvalho Amorim  
Membro

Luciana Madeiro Ximenes  
Membro

Portaria nº 358, de 04 de dezembro de 2024 (SEI nº 9205458)  
Despacho 266 (SEI nº 9115447)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta, Presidente de Comissão de Licitação**, em 11/03/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES, Membro de Comissão de Licitação**, em 11/03/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Pinchemel de Carvalho Amorim, Membro de Comissão de Licitação**, em 12/03/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0),  
informando o código verificador **9364953** e o código CRC **B1795C39**.



Referência: Processo nº 50050.006336/2024-44



SEI nº 9364953

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70.070-010  
Telefone: